Quarta-Feira, 11 de Novembro de 2026

PF aponta 'pedágio' de 12% para repasse de emendas e pede investigação sobre verbas indicadas por líder do governo Lula na Câmara

Além de José Guimarães, também são mencionados recursos indicados pelos deputados Eunício Oliveira (MDB-CE) e Yuri do Paredão (MDB-CE); todos negam irregularidades

José Guimarães, líder do governo na Câmara — Foto: Brenno Carvalho / Agência O Globo

A investigação da Polícia Federal que mira o envolvimento do deputado Júnior Mano (PSB-CE) em um suposto esquema de desvios de emendas aponta que o grupo criminoso exigia uma taxa de retorno de até 12% para que prefeituras recebessem os recursos. Além de valores destinados pelo deputado do PSB, a apuração cita cobranças referentes a emendas enviadas pelo atual líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE). Ele nega envolvimento no caso e não foi alvo da operação deflagrada nesta terça-feira.

Também são mencionadas emendas indicadas pelos deputados Eunício Oliveira (MDB-CE) e Yuri do Paredão (MDB-CE), que também não foram alvo da operação.

A PF ainda afirma que, em razão da menção aos deputados Eunício, José Guimarães e Yuri do Paredão, é preciso fazer "diligências investigativas específicas, a fim de esclarecer o conteúdo, a veracidade e a finalidade dessas indicações".

Em nota, José Guimarães afirmou não ter enviado emendas para os municípios que são mencionados como alvo dos desvios. “Reafirmo o fato de que não destinei emendas parlamentares à localidade de Choró (CE). Inclusive, nas eleições municipais mais recentes, disputamos contra o atual prefeito, tendo nosso candidato do PT sido derrotado nas urnas”, disse. Em relação a Canindé (CE), o deputado afirmou que “uma simples consulta ao Siafi comprova que não destinei nenhuma emenda parlamentar nos anos de 2024 e 2025”.

A assessoria de Eunício, por sua vez, afirmou que o parlamentar "destina emendas para obras em dezenas de municípios cearenses, de forma transparente e de acordo com a legislação", e informou que a emenda para Canindé só foi indicada em maio. Segundo a assessoria, o deputado já pediu a ministro da Saúde, Alexandre Padilha, a suspensão da transferência.

Também procurado, Yuri do Paredão disse, via assessoria, que "o fato de todos os recursos estarem disponíveis no Portal da Transferência da Câmara dos Deputados demonstra a seriedade e a responsabilidade com que o deputado Yury conduz suas ações".

A investigação da PF apura se emendas indicadas a cidades cearences abasteceram licitações fraudulentas. A apuração aponta que a verba recebida por empresários, por sua vez, teria sido destinada a campanhas eleitorais de aliados de Júnior Mano que concorreram a prefeituras do interior do Ceará em 2024.

Autorizada pelo ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, a PF cumpriu nesta terça-feira mandados de busca e apreensão no gabinete de Júnior Mano na Câmara, no imóvel funcional usado pelo parlamentar, em Brasília, e na sua residência, em Fortaleza.

Segundo a PF, o deputado “exercia papel central na manipulação dos pleitos eleitorais, tanto por meio da compra de votos, quanto pelo direcionamento de recursos públicos desviados de empresas controladas pelo grupo criminoso”.

Em nota, o parlamentar negou qualquer irregularidade e afirmou que no fim da investigação a "sua correção de conduta" será "reconhecida". O comunicado ainda diz que o parlamentar não tem qualquer ingerência em atos administrativos relacionados a prefeituras do Ceará.

Segundo a PF, o esquema era operado por Carlos Alberto Queiroz, conhecido como Bebeto, que foi eleito prefeito de Choró no ano passado, mas não tomou posse por decisão da Justiça Eleitoral. Em mensagens obtidas pelos investigadores, Bebeto e interlocutores ligados a Júnior Mano tratam da destinação de emendas a prefeituras previamente selecionadas, mediante pagamento de propina. O percentual era tratado nos diálogos como “pedágio” ou “imposto”, numa prática descrita pela PF como “institucionalizada de corrupção”.

Além da cobrança, os investigadores apuram a atuação do grupo para favorecer empresas ligadas aos operadores políticos por meio das chamadas transferências voluntárias. Nesse contexto, aparecem trocas de mensagens em que Bebeto menciona José Guimarães e Eunício Oliveira como parlamentares que teriam destinado recursos para municípios cearenses.

Em um dos diálogos, Bebeto faz referência a uma emenda atribuída a Guimarães que seria aplicada em áreas como saúde e pavimentação. Em outra conversa, ele relata ter sido informado — por áudios que diz serem de Eunício — de que Guimarães teria liberado R$ 2 milhões para o município de Choró, enquanto Eunício teria indicado R$ 1 milhão para Canindé.

A PF ainda cita o depoimento de uma ex-prefeita de Canindé que disse ter se recusado a devolver o equivalente a 10% do valor de duas emendas que teriam sido enviadas por Guimarães. A recusa, segundo ela, motivou o seu rompimento com o grupo político de Júnior Mano.

Já em relação a Yuri do Paredão, a PF cita ter encontrado registros de conversas do deputado com Bebeto, incluindo um diálogo no qual o parlamentar questiona sobre aumento do limite de investimentos na área da saúde em "alguma cidade sua". Para os investigadores, o uso da expressão sugere que o congressista conhecia a atuação do grupo.

Fonte: O GLOBO 100

Por Mariana Muniz — Brasília